



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO**

LEI MUNICIPAL Nº 1632/2025, de 27-05-2025

ALTERA E CRIA CARGOS NO QUADRO DE PROVIMENTO EFETIVO E EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA LEI MUNICIPAL Nº 1066/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE ANTÔNIO VIEIRA – PREFEITO MUNICIPAL DE MORMAÇO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que o PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado 01 (um) cargo de Médico Veterinário, de provimento efetivo, Padrão 06, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, a ser incluído no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo descrito no art. 3º da Lei Municipal nº 1.066, de 2013.

§ 1º Após a criação do cargo de que trata o caput, fica autorizada, desde já, a contratação temporária emergencial de profissional para seu exercício, em razão de necessidade temporária de excepcional interesse público.

§ 2º Considera-se situação emergencial, para fins desta Lei, aquela prevista no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e nos arts. 193 a 197 da Lei Municipal nº 904, de 08 de julho de 2010, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

§ 3º A contratação emergencial será realizada pelo prazo máximo de 01 (um) ano, prorrogável por iguais períodos, desde já autorizada se assim se fizer necessário.

§ 4º Os requisitos para contratação, bem como as atribuições do cargo, são os estabelecidos no Plano de Carreira e no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

§ 5º Ao profissional contratado aplicar-se-ão todos os direitos e



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO**

deveres previstos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Mormaço, no que couber.

§ 6º O Município poderá, a qualquer tempo, rescindir o contrato firmado com o profissional, dentro do período autorizado, sem que disso decorram direitos indenizatórios adicionais, exceto aqueles legalmente devidos a título de verbas rescisórias.

Art. 2º Fica alterado o padrão do Cargo de Chefe Setor Saneamento do Padrão 03 para Padrão 05, descrito no art. 21 da Lei Municipal nº 1066/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MORMAÇO
27 DE MAIO DE 2025.

**ALEXANDRE ANTÔNIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL**